ESTADO DA GUANABARA

SECRETARIA DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

CONCEDIDO

A CARIOCA IATE CLUBE.///

PARA SE ESTABELECER NA AV. BRASIL, 8616.///

(I.A.C.D.)

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL ENTIDADE ESPORTIVA E BAR, PARA USO DOS ASSOCIADOS.///

ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. RESTRIÇÕES: NÃO HÁ.///

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	HORÁRIO	CODIGO DE TAXAÇÃO
3'4.052-00	DE ACÔRDO COM AS LEIS EM VIGOR	

EMITIDO

EM DE DE

CONFERIDO

EM DE DE

FUNCIONARIO, CARGO E MATRÍCULA

FUNCIONARIO, CARGO E MATRÍCULA

VISTO

CHEFE DE SERVIÇO

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZA

784608 N.º

RECEBI do Snr. Carioca Sate Club

à rua Av. Brasil n. 8616

uma Vistoria, referente, à
(Petição ou licença)

Delegacia Fiscal da 5ªD Circunscrição.

Em 10 de 2 de 1969

O Funcionário Elley

Matrícula n.º 103307

NABARA

A

LIZAÇÃO

GUIA Nº 1051161

SÉRIE D

01.00 NCr$ 33.00

NCr$

NCr$

NCr$

NCr$

NCr$ 3.3 00

Sate Clube

encontrado à Av. Brasil 8616

vai à Diretoria Geral do Tesouro pagar a quantia de Oitenta e

dois Cruzeiros Novos.

correspondente à Taxa de Vistoria de Prédio

acima citado

5ª DCF da — R.A. Em 11 de Setembro de 1969

Elley

NOME — CATEG. — MAT.

O recibo só é válido pela quantia impressa a máquina registradora e quando passado nos guichês do Departamento de Arrecadação da Diretoria Geral do Tesouro.

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO — RECIBO

CARIMBO DA COLETORIA

Data	N.º do Recibo	Importância
	11S37853	00003300

Recebí

Fiel do Tesouro

Mod 1 718
1.000 Tls. - 100 x 4 - 8/67

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES

EXERCÍCIO DE 194 8

GUIA N.º 49- 84356 *

1.ª VIA

EMOLUMENTOS DIVERSOS

OBRAS

Processo N.º 333955-47

VISTO

Em 30 / 3 / 48

Waldemiro Prado
Chefe do Serviço

NOME Carioca Iáte Club

LOGRADOURO Avenida Guanabara 58

ESPÉCIE DA LICENÇA Legalisação de barracão á TITULO PRECARIO

11º DISTRITO 11.D.D. AREA TOTAL DOS PISOS:-

N.º E ASSUNTO DO ALVARÁ INICIAL

N.º DE PAVIMENTOS N.º DE APARTAMENTOS

PRAZO Obras terminadas A PARTIR DE

E A TERMINAR EM Obras terminadas

EMOLUMENTOS

TAXA FIXA		Cr$	50,00
NUMERAÇÃO			
RAMPAMENTO			
MODIFICAÇÃO DE PRÉDIO			
MODIFICAÇÃO DE PROJETO			
MODIFICAÇÃO DE FACHADA			
REFORMA			
CONSERTOS			
SUPERFICIE	128 x 0,30 x 1	Cr$	38,40
DIVERSOS			
SOMA		Cr$	88,40
TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	10 %	Cr$	8,80
TOTAL		Cr$	97,20

IMPORTÂNCIA A PAGAR Noventa e sete cruzeiros e 20 centavos

Dr. Floriano Cordoville

FUNCIONÁRIO

Nelson Guapiassú Duarte

O recibo só é válido pela quantia impressa a máquina registradora e quando passado nos guichets do Departamento do Tesouro.

DEPARTAMENTO DO TESOURO - DTS

RECIBO

Data	N.º do Recibo	Importância
31-MAR-48	002 49 84356	Cr$ 97,20

Recebí

Fiel do Tesouro

WHF/OAAR.

MINISTERIO DA MARINHA
SECRETARIA GERAL DA MARINHA
Serviço de Administração e Tombamento dos Próprios Nacionais

RIO DE JANEIRO, ~~D. F.~~ GB.

Nº O 124

Em 18 de agosto de 1.961

Do: Diretor
Ao: Sr. Presidente do Carioca Iate Clube

Assunto: Ocupação de terreno situado na orla maritima da Avenida Brasil pelos "Escoteiros do Mar".

1. Participo a V. S. que, dando cumprimento a decisão ministerial, exarada no Despacho nº 2548-A, de 26-7-61, no ofício nº 1.091 (1ª Sec) - UR - de 20-7-61, do Exmº. Sr. Almirante Comandante do 1º Distrito Naval, concernente à ocupação e utilização do terreno situado na orla maritima da Avenida Brasil, entre as sédes do Carioca Iate Clube e a Colonia de Pesca Z-4, foi autorizada a União dos Escoteiros do Brasil a ocupar e utilizar o dito terreno pelos Escoteiros do Mar, com a finalidade de ali ser instalada a sua praça de aprendizagem dos labores técnicos-profissionais e de educação física.

2. Solicito, assim, as providencias de V.S. para a retirada das benfeitorias de propriedade dessa entidade esportiva, por acaso existentes na área cedida.

3. A decisão ministerial é do teor seguinte:

"1. - Reconsidero o despacho ministerial de 4 de janeiro de 1960, de que resultou a expedição do oficio nº 0002, de 5/1/60, do Serviço de Administração e Tombamento dos Proprios Nacionais, dirigido a Uniao dos Escoteiros do Brasil, o qual torno sem efeito, para o fim de permitir, como de fato permito, a utilizaçao, pela referida União dos Escoteiros do Brasil (UEB), do terreno situado na orla marítima da Avenida Brasil e que fora cedido pelo Serviço do Patrimonio da União a administraçao do Ministerio da Marinha, conforme Termo de Entrega lavrado em 27 de julho de 1959 a fls. 70-verso a 72 do Livro de Termos nº 5 (Entrega), da Delegacia do Serviço do Patrimonio da União no Distrito Federal, ficando, destarte, efetivada a ocupaçao do

(Continuação do Ofício nº 0124, de 18/8/1961, deste SATPN. ao Sr. Presidente do Carioca Iate-Clube)

terreno.

2. - O referido terreno deverá ser utilizado como praça de aprendizagem de labores tecnicos-profissionais e de educaçao física dos "Escoteiros do Mar", pois e essa a sua destinaçao especifica.

3. - V. Excia. devera providenciar, no sentido de ser ocupado por este Ministério o referido terreno para utilizaçao pela Uniao dos Escoteiros do Brasil, e impedir que terceiros nao autorizados se utilizem do mesmo..

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. S. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

OSMAR ALMEIDA DE AZEREDO RODRIGUES
Capitão de Mar e Guerra - DIRETOR

MINISTÉRIO DA MARINHA

CAPITANIA DOS PORTOS DOS ESTADOS DA GUANABARA E RIO DE JANEIRO

N.º 67

TÊRMO DE INSPEÇÃO E VISTORIA

CARIOCA INTERCAMBIO

Aos 26 dias do mês de MARÇO de 1971, de acôrdo com o artigo 102 § , a Comissão de Vistoria compareceu no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e verificou que: a obra projetada e executada não prejudica a segurança da navegação, a higiene, regime de aguas e aos interesses da marinha, podendo assim ser concedida exclusivamente no que diz respeito as atribuições desta Capitania.—Capitania dos Portos dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em 26 de MARÇO de 1971

Antonio Paulo Gomes da Costa

Carlos Antonio Martins de Carvalho

CARLOS ANTONIO MARTINS DE CARVALHO
Capitão-de-Fragata, Encarregado da CP-21

2º Capitão Vistoriador

CP-21

Processo nº 4566/057

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE COSTUMES E DIVERSÕES

1951
SECÇÃO
F.S.P.

-389-

PORTARIA DE LICENÇA

4474
15-5-51

O Delegado de Costumes e Diversões, de conformidade com as disposições regulamentares em vigor, resolve conceder licença para funcionar no corrente ano a C. DA IOCA IATE CLUBE, sit.do na Avenida Brasil nº. 9.000, jurisdição do -21º- Distrito Policial, vistoriado em -ISENTO-, com lotação para ------ pessoas, sob a responsabilidade de seu presidente em exercicio.-

por haver cumprido e preenchido tôdas as formalidades e requisitos legais, constantes do processo n.º 2086---- de 20 de Março de 1 51.-

O "CARIOCA IATE CLUBE" reger-se-á pelos Estatutos inscritos sob n.º 3105----, no cartório do -1º- Ofício do Registro de Títulos e Documentos.

A presente licença será válida até 31 de dezembro dêste ano, devendo ser renovada até 31 de janeiro do ano vindouro, ficando a diretoria obrigada a cumunicar a esta Repartição qualquer modificação feita no decorrer dêste tempo, observadas as disposições contidas no Regulamento baixado com o Decreto n.º 16.590, de 10 de setembro de 1924.

Para os devidos efeitos esta licença será visada na Delegacia Distrital em cuja jurisdição se encontra situada.

O Clube em questão só poderá realizar competições desportivas em campos ou praças de esportes licenciados, não podendo realizar bailes, festas ou quaisquer reuniões sociais em sua sede nem cede-la p ra fins recreativos a outras sociedades, ainda que estejam licenciadas nesta Delegacia.-

A presente licença não da direito a pratica de jogos proibidos, isto é, áqueles cujo ganho ou perda, dependam exclusiva ou principalmente da sorte.-

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1951.-

O Delegado de Costumes e Diversões

Zildo Jose Jorge

BRASIL Cr$1.50 SELO NACIONAL Cr$2,00

MV/.-

Visto:

Em 16 de Abril de 1951

Delegado do 21º Distrito Policial

O PRESENTE DOCUMENTO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS, DEVENDO SER COLOCADO EM LOCAL VISIVEL.

Exmº Snr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Publica

"O CARIOCA IATE CLUBE", entidade nautica,com séde propria sita na avenida Brasil, numero 9.000,nesta cidade,vem perante V.Excia, por seu advogado abaixo,para expôr e requerer o seguinte : -

1 - O Suplicante tem personalidade juridica regularmente adquirida, achando-se devidamente registrado no 1º Oficio do Registro Especial de Titulos e Documentos desta cidade, Livro "A" Nº 3, sob o numero de ordem 2.205, efetuado em data de 29-6-1945, tendo sido considerado,ainda, de utilidade publica por via da Lei Nº 765 de 29-12-1952, conforme os documentos inclusos (docº nº 1).

2 - A Séde propria do Suplicante,por ele mesmo construida, está localisada em terreno de propriedade do Estado da Guanabara, tudo conforme "Projeto Aprovado" Nº333.955/47.

O imovel sobre o qual está edificada a séde do Suplicante é do dominio direto do Estado da Guanabara, ex-vi do disposto nos artigos 65 e 66 nº 1 do Codigo Civil,combinados com o disposto no artº 39 do decreto-lei nº 3.438 de 17-7-1941,in-verbis "Artº 39 - Ficam desde já considerados entregues á Prefeitura do Distrito Federal, as areas de terrenos de marinha,mangues da costa e acrescidos,JA BENEFICIADOS POR ELA,ATÈ A DATA DO PRESENTE DECRETO-LEI, aplicando-se aos mesmos as exigencias deste decreto-lei quanto ao aforamento, na parte ainda não alienada,ficando o aforamento da parte já alienada sujeito á regularisação pela Diretoria do Dominio da União".

Ao aprovar a Prefeitura do Distrito Federal o P.A.Nº 333.955/47, acima indicado,para construção da séde do Suplicante,alienou ao Suplicante o dominio util da respectiva area, ex-vi do disposto no artº 20 do citado decreto-lei nº 3.438, de 1941,revigorado pelo artº 215 do decreto-lei nº 9.760 de 5-9-946, in verbis "Artº 20º . . . . . § 1º - As entidades de esportes nauticos,legalmente organisadas, que, por qualquer titulo,CONCESSÃO ou contrato com particulares OU PODERES PUBLICOS,OCUPAREM,ATUALMENTE,TERRENOS DE MARINHA,ACRESCIDOS OU DE MANGUES, FICA PELO PRESENTE DECRETO-LEI CONCEDIDO O RESPECTIVO AFORAMENTO E A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS OU FÔROS ENQUANTO EXERCEREM AS

SUAS ATIVIDADES DENTRO DOS OBJETIVOS SOCIAIS E NÃO AS INTERROMPEREM POR MAIS DE DOIS ANOS CONSECUTIVOS".

3 - De que o trêcho ás margens da Bahia de Guanabara, onde está localisada a séde propria do Suplicante,é zona urbana, beneficiada pela Prefeitura do Distrito Federal,HA MAIS DE MEIO SECULO, diz-nos, expressivamente,o Decreto Municipal Nº 1.165 de 31 de Outubro de 1917, firmado pelo então Prefeito Amaro Cavalcanti. Esse ato oficial do Governo do então Distrito Federal fixou nomenclatura nova para vias publicas do Rio de Janeiro,citando o nomes de todas elas,descriminando-lhes a localisação,trecho de seu começo e do seu término,como bem se póde lêr no documento junto(docº nº 2). No tangente á zona urbana onde se localisa a séde propria do Suplicante,lê-se com riquêsa de detalhes, nesse decreto municipal Nº 1.165 de 1917 as seguintes vias publicas oficialmente reconhecidas : - Praia de Apicú,Estrada de Apicú,Estrada Engenho da Pedra,Estrada do Norte,ruas Angelica Mota,Noemia Nunes,Philomena Nunes,Dr.Nunes,Do Couto,Montevidéo,Patagonia,Luzitania,Camões, Ourique, etc.

A maioria dessas vias publicas são de denominação e uso centenário,permanecendo assim chamadas até hoje.Ao ser aprovado, em data de 10-11-1952,pelo então Prefeito João Carlos Vital,o projeto de canal de saneamento da Penha, foi confeccionada a respectiva planta e projeto,firmado por esse-Prefeito, consignando muitas dessas vias publicas(docº nº 3). O mesmo verificou-se na gestão do Prefeito Embaixador Negrão de Lima,ao firmar o projeto de urbanisação da Praia de Ramos,Processo 7.573.875/56, em cuja apresentação grafica lá estãoessas ruas constantes da nomenclatura aprovada pelo decreto 1.165 de 1917(docº nº 4).

4 - Dando,ainda, mais ênfase ao dominio direto e incontestavel do Estado da Guanabara sobre aquela grande area urbana, foi firmado, em 1949, entre a então Prefeitura do Distrito Federal e o Ministério da Marinha, um têrmo de acordo "relativamente á ocupação de terrenos de marinha e acrescidos" "destinados a uma vila de casas para operarios desse Ministério". Esse têrmo, publicado, na íntegra, no "Diario Oficial" da União de 4-8-1949,contém, em sua clausula primeira a nitida e indisfarçavel delimitação da area, então, cedida ao Ministério da Marinha, <u>in verbis</u> ". . . cujos limites são, de um lado, a avenida Brasil, de outro o seguimento da orla maritima que se destenderá entre os prolongamentos das ruas PIRANGÌ E LOBO JUNIOR,PROLONGAMENTOS ESSES QUE,POR SUA VEZ,CONSTITUEM ÓS DOIS LADOS RESTANTES DO PERIMETRO DA AREA EM QUESTÃO"(docº nº 5 incluso). A delimitação dessa area,graficamente,póde-se lêr bem claramente na planta firmada, em 1952, pelo então Prefeito João Carlos Vital(docº nº 3),e,quanto á sua extremidade direita, na planta firmada, em 1957,pelo Prefeito Negrão de Lima(docº nº 4).

5 - Esses dois atos oficiais dos Prefeitos João Carlos Vital e Embaixador Negrão de Lima(docs. nº 3 e 4 inclusos), constituem duas reafirmações oficiais do "dominio util" do Suplicante sobre a area onde construiu sua séde propria.Isto porquê em ambos esses documentos oficiais está descrito,com clarêsa solar, o trecho ocupado pelo Suplicante,mencionando-lhe inclusive o nome "Carioca Iate Clube"(documentos nº 3 e 4).

Atentando-se para os detalhes desses dois documentos oficiais(docº nº 3 e 4),lá estão os nomes das ruas Pirangí e Lobo Junior,delimitadoras da area cedida pela Prefeitura do Distrito Federal ao Ministério da Marinha, em 1949. A planta firmada pelo Prefeito João Carlos Vital, em 1952, então,é mais eloquente, porquanto é denominada "AREA DO MINISTERIO DA MARINHA-area 1.130.000,00 metros quadrados-limite da area a ser ocupada de acordo com o têrmo de 29 de Julho de 1949 e aprovada sob o nº 4254 pela P.D.F."(docº nº 3).

6 - A propria Procuradoria do Estado da Guanabara,representada pela pessôa do ilustre e culto advogado,Dr. Rocha Lagôa, já tem ponto de vista firmado, com referencia ao dominio pleno e direto sobre aquela area,onde está alojado o Suplicante. Assim foi que, em 1959, provocado pelo Suplicante, expendeu esse ilustre causidico substancioso parecer, endereçado ao então Secretario da Viação,expendendo o mesmo ponto de vista sustentado linhas acima(docº nº 5).

ACONTECE,PORÈM, QUE

7 - As autoridades do Ministerio da Marinha, indusidas a um grande e indisfarçavel equivoco,estão desejosas de alojarem no imovel onde o Suplicante tem sua séde propria,na avenida Brasil, numero 9.000, a entidade "União dos Escoteiros do Brasil".E,sem mandado judicial de especie alguma,tentaram o alojamento da referida União, dentro da séde do Suplicante,na tarde de hontem, no que foram obstados pelos Diretores do Suplicante. A imprensa carioca desta data, noticiou o fato com riqueza de detalhes, sendo exemplo disto o incluso exemplar (docº).

Na forma do disposto no artº 499 do Codigo Civil, combinado com os arts.371 e seguintes do Codigo do Processo Civil, o Suplicante vem perante V.Exciª para propôr contra a União Federal a presente ação possessoria, afim de ser mantido na posse do imovel onde está instalada sua séde propria,na avenida Brasil, numero 9.000,nesta cidade, para, afinal, ser a Suplicada compelida não só a respeitar-lhe o dominio util de que o Suplicante sempre foi detentor, na forma exposta acima.Requer,ainda, seja, afinal, condenada a União Federal a pagar-lhe perdas e danos que por ventura lhe venha causar, inclusive honorarios de advogado, á razão de 20% sobre o valôr da causa.

Na forma do disposto no artº 371 do Processo Civil, o Suplicante requer lhe seja expedido mandado de manutenção de posse initio litis, para o que requer, ainda, a realisação de justificação prévia, para os efeitos de direito.

Pertencendo o dominio direto sobre o imovel objeto da presente ação possessoria, ao Estado da Guanabara, requer o Suplicante, na forma provista pelo artº 95 do Codigo do Processo Civil, o chamamento á autoria do aludido Estado da Guanabara, para os devidos efeitos de direito.

Dando á presente o valôr de cr$ 500.000,00 para efeito do pagamento de taxa judiciaria, e protestando por todo o genero de provas em direito permitidas, tais como juntada de novos documentos, principalmente de uma vistoria ad-perpetuam em trâmites finais no Juizo da 1ª Vara da Fazenda Publica, 1º oficio, pericias, vistoria, depoimentos de testemunhas, - o Suplicante requer a citação da União Federal, na pessôa de um dos Exmos. Snrs. Procuradores da Republica, bem como do Estado da Guanabara, na pessôa do Exmº Snr. Dr. Procurador Geral da Fazenda Estadual, Dr. Eugenio Sigaud de Vasconcelos, para responderem aos têrmos da presente ação possessoria, acompanha-la em todos seus têrmos, até sentença final, para todos os efeitos juridicos, por ser de

J U S T I Ç A.

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1961

(p.p.José Maria de Almeida-Advogado-Insc.)

Oficio nº 50 /R.L.

Doc. 132 (4ª via) do arquivo particular de Luis Isidoro Leivas.

Rio, 12 de junho de 1959

Processo nº 7 703.932/49
Francisco Lopes da Silva

Senhor Secretário:

Versa o presente processo àcerca da existência de enga - nos na numeração de imóveis situados na Avenida Brasil no cor- rer do qual verificou-se - graças à vigilante atitude do Carioca Iate Clube e ao minucioso conhecimento do local por parte do En- genheiro Armando Madeira - encontrar-se a Municipalidade frente à audaciosa tentativa de apossamento de bens de sua propriedade, efetuada pelo Espólio de Luiz Lopes da Silva, em conivência de terceiros. Face à essa descoberta, será ainda possível evitar - -se a perda do imóvel em causa, sendo para tanto necessário, a- lém do ajuizamento de ação possessória, o contáto permanente com a Delegacia do Patrimônio da União neste Distrito, conforme expo remos adiante, por encontrarem-se aquele Espólio, bem como ter- ceiros interessados no imóvel, a pique de obterem do mencionado serviço público federal o aforamento da área em causa. Para que possa Vossa Excelência tomar conhecimento da matéria, faremos bre ve exposição preliminar da situação jurídica dos imóveis em cau- sa.

2. Desde tempos imemoriais, encontra-se a denominada Praia do Apicú (ou Praia de Maria Angú) servindo à população da cidade como único local de fácil acesso ao mar para a população da Zo na Norte, alí existindo por decênios um pequeno pôrto, denomina- do

---

Ao Exmo. Sr. Dr. Mauro Ribeiro Viegas
M.D. Secretário Geral de Viação e Obras

denominado Pôrto de Maria Angú, pelo qual, antes do desenvolvi - mento da cidade por aquele local, com a construção de cômodas vi as de acesso por terra, se fazia a ligação através pequenos bar- cos com a parte central e, até mesmo, com os bairros de Flamengo e Botafogo, tal como se vê dos cronistas antigos. Tornou-se a Praia do Apicú, portanto, <u>área de servidão pública</u>, constituindo logradouro sem denominação oficial, assim permanecendo por lon - gos anos até que, em 31 de outubro de 1917, veio a receber essa denominação, aproveitando-se o nome já tradicional do lugar, a- través o Decreto nº 1.165, dessa data, cujo Art. dispôs à res- peito de vários logradouros existentes nessa parte da cidade, dan do-lhes, outrossim, nítida delimitação.

3. Por êsse diploma, ficou a Praia do Apicú com suas lindes perfeitamente estabelecidas, começando no Pôrto de Maria Angú e terminando no Pôrto da Estrada do Norte, limites cuja exata si - tuação foi sendo pouco a pouco desrespeitada, tendo em vista tra_ tar-se de local ainda demasiadamente longínquo e onde a fiscali- zação municipal ainda não se fazia sentir com o necessário rigôr; em consequência, ocorreram inúmeras invasões na área do logradou_ ro público, as quais só vieram a observar-se quando da constru - ção da Avenida Brasil, motivando a propositura de vistoria "ad perpetuam rei memoriam" por parte da Prefeitura no Juizo da 3ª Vara da Fazenda Pública, Cartório do 1º Ofício, <u>com assistência da União Federal, que a todos atos compareceu, concordando o Pro curador da República ao qual foi feito destribuido, bem como o Perito por êle indicado, com a exata extensão do logradouro deno minado Praia do Apicú</u>, extinguindo-se, em via de consequência, ou, pelo menos, devendo extinguir-se, quaisquer dúvidas possivelmen- te existentes sôbre a matéria, em especial no que tange às rela- ções entre a Municipalidade e a Delegacia do Patrimônio da União.

4. Nesse ínterim, diversas pessoas passaram a ocupar tre - chos do logradouro público Praia do Apicú, usando-os como se deles fossem senhores, encontrando-se entre êles o acima mencio nado Luiz Lopes da Silva, então legítimo proprietário dos imóveis de nºs. 56 e 56A da Avenida Guanabara, cuja localisação precisa pode-se ver do anexo mapa sob nº 1. Êsse senhor, vendo encontrar -se deserta a faixa existente entre seu imóvel e a praia, enten- deu ocupá-lo para seu gôzo, despreocupando-se acerca da possível existência de "dominus", levantando na língua de terra que saí da praia, avançando para o mar, bem em frente aos imóveis 56 e

56-A da Avenida Guanabara algumas benfeitorias, e tornando a faixa de logradouro público e a mencionada língua de terra em simples dependência de sua legítima propriedade, chegando até mesmo a aterrar bôa parte da área circundante à essa ponta.

5. Desejando a Prefeitura construir a atual Avenida Brasil, efetuou na área em exame diversas desapropriações, inclusive a dos imóveis de nºs. 56 e 56-A da Avenida Brasil, correndo o respectivo processo, relativamente à êsses últimos, pelo Juizo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, Cartório do 2º Ofício, neles havendo o representante judicial da Municipalidade, em sua petição inicial, conforme se vê do documento nº 2, anexo ao presente, limitado o pedido de desapropriação aos imóveis mencionados acima, com tal não concordando o Espólio do proprietário (esta época já havia falecido Luiz Lopes da Silva), requerendo a indenização inclusive das demais benfeitorias, efetuadas por cima da língua de terra já mencionada e acrescidos. Avaliaram-se igualmente tais benfeitorias, pagando a Prefeitura seu valor, mediante depósito à disposição daquele Juizo e sendo logo após imitida na posse do imóvel, por onde hoje corre, em maior porção, o leito da Avenida Brasil.

6. Após decorrerem quatro anos da imissão de posse (a qual se deu em 25 de abril de 1944: veja-se a certidão do auto no documento nº 2), resolveram os herdeiros de Luiz Lopes da Silva, esquecidos de já haverem sido devidamente pagos das benfeitorias existentes por cima da área, tentar obter indiretamente da Prefeitura o reconhecimento da existência de direito seu sôbre a área ora em exame, requerendo (fls. 2 do processo que capeia os demais) fosse dada numeração à essa área, sob o pretexto inaudito de haver sido ela dividida em duas pela construção da Avenida Brasil, ficando a parte do lado do mar sem número... Não obstante tratar-se de pretensão absolutamente sem fundamento, obtiveram facilmente seu "desideratum", outorgando-se ao imóvel em causa o nº 9.060 da Avenida Brasil , não obstante a total ausência de título de propriedade no requerimento solicitando numeração, condição necessária para tanto, como é evidente, ficando desde essa época definitivamente reconhecido o imóvel, para todos os efeitos, como de propriedade de terceiros e não da Prefeitura. Saliente-se, à propósito, ser tão confusa a situação aos olhos dos proprios interessados, que os mesmos, esquecidos de não passarem de simples herdeiros

de Luiz Lopes da Silva, tiveram a lembrança de efetuar o requerimento em nome de um dos herdeiros e não do Espólio, como seria de direito.

7. Feito o histórico do assunto, passemos ao seu exame jurídico. Dois são os aspectos a pedir comentário, o primeiro relativo à impossibilidade da ocorrência de aforamento de acrescidos de marinha nesse local e o segundo respeitante ao fato de que, na hipótese, aceita apenas "gratia argumentandi", da possibilidade da existência desse aforamento, o direito preferencial ao mesmo estaria na posse da Municipalidade, por fôrça da desapropriação e competente indenização das benfeitorias nele levantadas por particulares.

8. Quanto ao primeiro aspecto - impossibilidade da existência de acrescidos de marinha no ponto em exame - trata-se de simples decorrência do preceituado no Art. 3º do Decreto-lei nº ... 9.760, de 5 de setembro de 1946, "in verbis":

> "São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagôas, em seguimento aos terrenos de marinha".

Com efeito, no caso em tela os terrenos de antiga legítima propriedade do Espólio de Luiz Lopes da Silva, os de nºs 56 e 56-A da Avenida Guanabara, que parecem haver sido objeto de regular aforamento antes da desapropriação pela Prefeitura (veja-se fotocopia de carta de aforamento no processo sob nº 7 415 486 /58, em apenso ao presente) jamais poderiam dar nascimento a acrescidos, pois entre êles e o mar encontrava-se exatamente a antiga Avenida Guanabara, ou seja, a Praia do Apicú mencionada no início do presente e que não passa de logradouro público ha decênios, senão séculos. Existente a Praia do Apicú entre o mar e os imóveis de nºs. 56 e 56-A da Avenida Guanabara, onde se entestariam, como necessariamente deveriam entestar-se, os acrescidos com os terrenos de marinha a êles relativos? Tratar-se-ia, evidentemente, de manifesto absurdo material e jurídico, cuja evidência por certo dispensa maiores indagações. Por tais motivos, jamais poderá a Delegacia do Patrimônio da União aforar tais acrescimos ao Espólio de Luiz Lopes da Silva, por serem inexistentes.

9. Entretanto, aceitando-se como material de juridicamente

possíveis tais acrescidos, o que ora se faz simplesmente para ressaltar a ausência de razão do Espólio referido, não há como negar, outrossim, haver automaticamente passado para a Prefeitura o direito ao aforamento, a partir do depósito em Juizo da quantia na qual foi incluido o valor de benfeitorias existentes na mencionada língua de terra que avança para o mar em frente aos antigos nºs. 56 e 56-A da Avenida Guanabara. Realmente, tornando-se a Municipalidade sucessora do Espólio de Luiz Lopes da Silva, ela automaticamente adquiriu o direito de preferência para a realisação de contrato de aforamento com a União Federal, conforme dispõe o Art. 105, inciso 7º, do acima referido Decreto-lei nº 9760, na seguinte forma:

> "Art. 105. Tem preferência ao aforamento:
>
> .....
>
> 7º. Os que no terreno possuam benfeitorias, anteriores ao ano de 1940, de valor apreciavel em relação ao daquele."

Daí ser lícito à Prefeitura, na qualidade de simples particular e não na posição de pessôa jurídica de direito público, requer ao Serviço do Patrimônio da União, através sua Delegacia no Distrito Federal, o aforamento dos terrenos de marinha e seus acrescidos alí porventura existentes.

10. Na posição de Poder Público, no entanto, possúe a Prefeitura meio ainda mais eficaz para evitar a consumação de dano a seu patrimônio. Trata-se do preceito estabelecido no Art. 100, letra d, do referido Decreto-lei nº 9.760, no seguinte teôr:

> "Art. 100. A aplicação do regime de aforamento a terras da União, quando autorizada na forma deste Decreto-lei, competę ao Serviço do Patrimonio da União, sujeita, porem, a previa audiencia:
>
> .....
>
> d) das Prefeituras Municipais, quando se tratar de terreno situado em zona que esteja sendo urbanizada."

Ora, conforme é sabido, os planos de urbanisação efetuados pelo Departamento competente da Secretaria Geral de Viação relativamente à Avenida Brasil impedem taxativamente o aproveitamento da Praia de Ramos (denominação moderna da Praia do Apicú) para quaisquer outros fins além dos puramente recreativos, destinando-se dita praia exclusivamente para o uso comum do povo (balneário de Ramos) e para a construção de clubes náuticos, sendo um deles exatamente o Carioca Iate Clube, interessado no presen-

presente processo por encontrar-se o Espólio de Luiz Lopes da Silva ocupando o trecho da praia que lhe foi reservado para construção de sua séde, conforme se vê da planta anexa, junta como documento nº 3.

11. Dita planta, aliás, mostra com clareza impressionanto, face à utilização de côres diversas, a exata posição material de tudo quanto acima dissemos. Com efeito, dela se vê os antigos nºs. 56 e 56-A da Avenida Guanabara, com a correspondente língua de terra, avançando para o mar e sendo cortada, de modo a impedir qualquer ligação com aqueles imóveis pela dita Avenida, sucessora da Praia de Apicú, inexistindo, em via de consequência, a possibilidade da ocorrência de acrescidos de marinha nesse local. Vê-se, outrossim, o leito da atual Avenida Brasil passando sôbre a maior parte dos imóveis de antiga propriedade do Espólio de Luiz Lopes da Silva e posteriormente desapropriados, notando-se, principalmente, restar pequeno trecho daqueles imóveis, não ocupado para passagem do logradouro público e para o qual será necessária especial atenção, pois tudo leva a crer encontrar-se igualmente o mesmo dentro nas atenções do Espólio ou de alguém por êle . . .

12. Demonstrada a impossibilidade da existencia de domínio do Espólio de Luiz Lopes da Silva sôbre os terrenos em causa, passamos a examinar a questão geradora dos presentes processos. Trata-se de problema de numeração, pois verificou-se haver sido atribuido ao imóvel no qual já se encontra localizado o Carioca Iate Clube número inferior àquele anteriormente designado para o local onde se encontra o Espólio; êsse manifesto engano, em si mesmo sem menor importância e cuja correção poderia ser imediatamente efetuada mediante simples renumeração, não é, porém, tendo em vista tudo quanto acima foi exposto, de merecer solucionamento por essa via, sendo de aproveitar-se o momento propício para exigir do Espólio a apresentação de título de propriedade em regra e, caso o mesmo não o apresente, pois não o pode apresentar face a tudo quanto anteriormente dissemos, é de cancelar-se a numeração, facilitando sobremaneira a situação jurídica da Prefeitura na matéria.

13. Em conclusão, entendemos que é de tomar-se as seguintes providências:

a) propositura de ação de reintegração de posse sôbre a

área em questão;

b) designação de representante da Prefeitura para acompanhar na Delegacia do Patrimônio da União o andamento do processo nº 23.661/59, relativo ao aforamento da área e do qual é interessado o Espólio;

c) requerimento da Municipalidade no processo de inventário do Espólio de Luiz Lopes da Silva, visando demonstrar a existência de domínio sôbre a mesma área, impedindo-se venha a mesma a integrar o monte e, especialmente, se receba impôsto de transmissão sôbre ela, ato equivalente ao reconhecimento implícito da inexistência de domínio da Prefeitura.

14. É o nosso parecer, s.m.j.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V.Exª protestos de nossa estima e consideração.

Rocha Lagôa
Advogado da Prefeitura

was.

C Ó P I A

Termo de contráto celebrado entre o Ministério da Marinha e a Empreza Nacional de Saneamento Ltda. para a execução do enrocamento e muro de cais sôbre o mesmo, dos trechos de cais de atracação em estacas e de um canal ao longo da Avenida Brasil, serviços estes situados nos terrenos da Vila Naval no Distrito Federal.

Aos vinte e quatro de março de 1953 na Diretoria de Engenharia Naval presentes o Exmº. Snr. Contra-Almirante Cicero de Freitas Marinho Diretor Geral de Engenharia Naval e o Eng. Edmar Prado Lopes Gerente da Empreza Nacional de Saneamento Ltda., em cumprimento ao despacho do Exmº. Snr. Ministro da Marinha, Vice-Almirante Renato de Almeida Guilhobel de 10 de março de 1953, celebrou-se o presente contráto com a referida Empreza, estabelecida em S. Paulo e Filial á Avenida Graça Aranha 416 - 8º andar, nesta Capital, neste contráto denominada "a contratante" para a) - construção de um enrocamento e muro de cais sôbre o mesmo, b) - dois trechos de cais de atracação em estacas pranchas de concréto e c) - um canal ao longo da Avenida Brasil, nos terrenos destinados a construção da Vila Naval, nesta Capital, de acôrdo com a respectivas propostas, detalhes, plantas e especificações constantes do processo que fica fazendo parte integrante deste contráto.

CLAUSULA PRIMEIRA - Os trabalhos a execut ar, são os seguintes:

a) Enrocamento de proteção ao aterro: será construído um enrocamento a partir da divisa direita do Yatch Clube Carioca até a entrada do canal que acompanha a Avenida Brasil e a partir da margem esquerda do mesmo canal seguindo o alinhamento aprovado, considerando como primeiro trecho um comprimento de seiscentos e noventa e cinco metros (695) e como segundo trecho um comprimento de mil setecentos e vinte e cinco (1.725) metros até a rua Lobo Junior. Compreende o primeiro trecho tambem o muro de cais de proteção ao aterro com a mesma extensão de seiscentos e noventa e cin

C Ó P I A

CLAUSULA QUARTA - Os trabalhos serão dirigidos pela "Contratante" ou seus prepostos, sendo todo pessoal necessário ao serviço de sua escolha e nomeação, ficando porém á Fiscalização o direito de exigir a dispensa ou retirada de qualquer operário ou empregado que embarace a sua ação fiscalizadora, ou que não se subordine ao regimem militar que por ventura tiver de ser estabelecido nos locais em que trabalharem. A "contratante" se obriga a proporcionar todas as facilidades á fiscalização, para que esta possa se desobrigar de suas funções. A "contratante" fica sujeita a legislação trabalhista em vigôr.

CLAUSULA QUINTA - Correrão por conta da "contratante" as despesas de instalação e maquinária necessárias, ressalvadas aquelas cujo aproveitamento interessar á Marinha.

A Marinha interferirá junto ás autoridades competentes para que seja facilitada a importação pela "contratante" de máquinas ou materiais que a juizo da Marinha forem julgados necessários ao rápido andamento dos trabalhos, assim como dos materiais produzidos no País, cujo consumo estiver sujeito a controle de orgãos governamentais.

CLAUSULA SEXTA - Todos os riscos de construção das obras correrão por conta da "contratante" enquanto não forem definitivamente recebidos no todo ou em parte, não aproveitando para isentar a "contratante" de sua responsábilidade os exames feitos pela Fiscalização antes da entrega definitiva das obras.

CLAUSULA SÉTIMA - No caso de divergencia entre a Fiscalização e a "contratante", será a controversia submetida á decisão do Exmº Senhor Ministro da Marinha.

CLAUSULA OITAVA - Nenhuma indenisação será concedida a "contratante" por perdas, avárias ou prejuizos ocasionados por negligência, imprevidência, falta de meios ou má direção dos trabalhos.

CLAUSULA NONA - O prazo para conclusão das obras será de vinte e quatro mêses (24) a partir da data deste contráto, prorogavel a juizo da Fiscalização, a qual cabe determinar o ritimo da execução das obras.

C Ó P I A

CLAUSULA DÉCIMA - Qualquer infração do presente contráto será punido com a multa de um mil cruzeiros (Cr$ 1.000,00), e o dobro na reincidência. Caso sejam excedidos os prasos fixados para a conclusão da obra ou parte dela será aplicada a multa de duzentos cruzeiros (Cr$ 200,00) por dia de excesso. Do ato de aplicação de quasquer das penalidades acima, caberá recurso para o Exmº Snr. Ministro da Marinha.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Ministério da Marinha poderá rescindir o contráto, independente de qualquer interpelação administrativa, ação judicial ou extra judicial, no caso de fraude, má fé, desinteresse manifesto no cumprimento do contráto, falta provada de competência, idoneidade profissional ou capacidade financeira e técnica.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Nos casos omissos ou havendo divergencias entre a Fiscalização e a "contratante" na interpretação de qualquer clausula contratual submeterá aquela o caso á decisão do Exmº Snr. Ministro da Marinha, por intermédio da Diretoria de Engenharia Naval.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA -

a) - O preço do primeiro trecho do enrocamento inclusive muro de proteção ao aterro de seiscentos e noventa e cinco metros (695) de comprimento a que se refere a clausula primeira será de cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil cruzeiros (Cr$ 5.164,000,00).

b) - O preço do segundo trecho do enrocamento inclusive muro de proteção ao aterro de mil setecentos e vinte e cinco metros (1.725) de comprimento a que se refere a citada clausula primeira será de vinte e dois milhões, nove mil, duzentos e sete cruzeiros e cincoenta centavos (22.009.207,50). Este preço é estabelecido para o volume maximo de trinta e sete (37(metros cubicos por metro linear de enrocamento, conforme consta da proposta da "contratante".

c) - O preço do cais acostavel com dois trechos com cento e cincoenta (150) metros lineares cada um e leito de cravação das estacas até a cóta de até - 4,30 m. (menos quatro metros e trinta centimetros), abaixo da maré minima será de nove milhões, quinhentos e